

Sumário

Introdução	1
1. A Cooperação Policial e Judiciária em matéria criminal.....	7
1.1 Definição e modalidades da cooperação internacional policial e judiciária em matéria criminal.....	7
1.2 Breve evolução histórica da cooperação policial e judiciária em matéria criminal.....	14
2. A Cooperação Penal e Judiciária na União Europeia	35
2.1 A evolução da cooperação policial e penal na integração europeia	35
2.2 A regulação jurídica da Europol.....	52
2.2.1 A criação de Europol.....	52
2.2.2 A Decisão Europol de 2009.....	60
2.2.3 A Europol após o Tratado de Lisboa	68
2.3 A regulação jurídica da Eurojust.....	76
2.3.1 A criação de Eurojust	76
2.3.2 A Decisão Eurojust de 2008	86
2.3.3 A Eurojust após o Tratado de Lisboa	91
3. A Dimensão Externa no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça	97
3.1 A atuação da União Europeia nas relações internacionais como pessoa jurídica	97
3.2 O âmbito da dimensão externa da União Europeia.....	106
3.3 Aspetos da dimensão externa do “espaço de liberdade, segurança e justiça”	111

3.3.1	Justificação e modelos possíveis.....	111
3.3.2	Papel das agências.....	113
3.3.3	Evolução histórica dos objetivos.....	115
4.	Europol e Eurojust e terceiros países	129
4.1	Os sócios internacionais de Europol e Eurojust e as regras para inserção de terceiros países.....	129
4.2	A Proteção de Dados no espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia	143
4.2.1	A regulação europeia	143
4.2.2	A proteção de dados como elemento essencial nas relações com terceiros países	172
4.2,3	Decisões de Adequação na Cooperação Policial e Judiciária ...	174
4.3	Os acordos internacionais da União Europeia	178
4.3.1	Procedimento comum de celebração de acordo internacional do artigo 218 do TFUE e consequências dos acordos internacionais assumidos pela União Europeia (aplicabilidade direta – efeitos diretos – efeitos indiretos)	178
4.3.2	O controle pelo Tribunal de Justiça de acordos internacionais celebrados pela União	185
4.3.2.1	A definição da competência do Tribunal de Justiça.....	185
4.3.2.2	O controle judicial prévio em acordos internacionais...	187
4.3.2.3	O controle judicial nas questões preliminares de interpretação da lei da União contida em acordos internacionais	188
4.3.2.4	O controle judicial da validade de acordos internacionais celebrados pela União	191

Conclusão	193
Bibliografia.....	199
Lista de legislação e documentação oficial citadas.....	225
Lista de decisões judiciais e pareceres citados	255